

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER N.º /2018.

EMENDA N.º 7 AO PROJETO DE LEI N.º 62/2018.

OBJETO: SUPRIME O INCISO V DO ARTIGO 61 DO PL N.º 62/2018.

AUTOR: VEREADOR ALINO COELHO.

RELATOR: VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA.

1. Relatório:

Trata-se da Emenda n.º 7 ao Projeto de Lei n.º 62, de 2018, de autoria do Senhor Vereador Alino Coelho, que “suprime o inciso V do artigo 61 do PL n.º 62/2018”.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Eugênio Ferreira, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

A Emenda n.º 7 ao Projeto de Lei n.º 62, de 2018, foi distribuída à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no artigo 102, inciso I, alíneas ‘a’ e ‘g’, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise dos aspectos legais e constitucionais da matéria, conforme a seguir:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:

a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;

(...)

g) admissibilidade de proposições;

A iniciativa do nobre Vereador referente à respectiva Emenda decorre dos artigos 235, 236 e 238 do Regimento Interno a seguir:

*Art. 235. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir ou **suprimir** dispositivo.*

§ 1º Supressiva é a emenda destinada a excluir dispositivo.

Art. 236. A emenda, quanto à sua iniciativa, é:

*I - de **Vereador**;*

Art. 238. A emenda será admitida:

I - se pertinente à matéria contida na proposição principal; e

II - se incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de matéria correlata, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterarem outros dispositivos.

Parágrafo único. As emendas apresentadas, em primeiro e segundo turno, serão enviadas, juntamente com a matéria principal, à apreciação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, devendo ser observado o prazo previsto no inciso II do artigo 133 desta Resolução para a emissão do parecer.

Este Relator entende que a Emenda n.º 7 é devida, conforme respectiva justificativa do seu Autor:

“A supressão do inciso V, do artigo 61 deste Projeto é devida, tendo em vista que ele impede o servidor de ser enquadrado na nova tabela, caso não tenha adquirido o interstício mínimo exigido na Lei em vigência.”

3. Conclusão:

Ante o exposto, salvo melhor juízo, opino favoravelmente à Emenda n.º 7 ao Projeto de Lei n.º 62, de 2018.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 1º de novembro de 2018; 74º da Instalação do Município.

VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA
Relator Designado